

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOZARLÂNDIA

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Livro ATA pág. Nº 10

1
2
3
4
5 Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, (28/04/2016), às 16h11min., na sala provisória do
6 Conselho Municipal de Saúde, "Sala da Vigilância Sanitária Municipal" situada a Rua São Paulo s/nº, Centro,
7 Mozarlândia/GO, prédio anexo ao da Prefeitura Municipal, próximo ao Hospital Municipal, realizou-se a
8 CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA (116ª) REUNIÃO ORDINÁRIA. O Presidente do Conselho de Saúde, Sr. Elvis
9 Maurício do Amaral, cumprimenta a todos os presentes e procedendo à abertura dos trabalhos, informa a todos o
10 número dessa reunião do Conselho e passa a palavra para a representante da Secretaria Municipal de Saúde, Sra.
11 Cacylda Maciel Araújo Carrijo, que irá falar sobre a Programação Anual de Saúde - PAS 2016. É entregue a cada um
12 dos conselheiros presentes uma copia do PAS 2016, no qual inicia a sua explanação lendo a introdução, para melhor
13 entendimento e como funciona a Programação Anual de Saúde 2016, os detalhamentos das ações, os indicadores e as
14 metas a serem atingidas, indicando os responsáveis e as eventuais parcerias, juntamente com a previsão de recursos
15 financeiros a serem disponibilizados no ano para a execução do Plano de Saúde. O PAS está dividido em eixos
16 principais, em módulos, em cada um desses, com as suas especificações detalhadas de acordo com as suas
17 coordenações. Explica que para a formação do PAS é feito através do RAG, que todo ano é utilizado os indicadores
18 de saúde do Município de Mozarlândia é analisado e programa-se para o próximo ano, disse que os cálculos obedece
19 às normas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, após ser feita uma explicação de como os cálculos são feitos,
20 que por decisão do Conselho passa a explicar detalhadamente cada modulo, contendo o objetivo específico, as metas,
21 as ações de prevenção que foram realizadas e as que estão previstas, os valores que serão gastos em todas as ações e
22 os órgãos ou as pessoas responsáveis pela execução, Explica todo o Modulo I – Vigilância em Saúde, fala das ações
23 já realizadas e as que ainda serão realizadas, juntamente com as parcerias dos órgãos do município e do estado, cita
24 como exemplo a campanha de vacinação dos animais e outras; Passa a explicar o Modulo II – Atenção Básica. Foram
25 feitas alguns questionamentos das ações não realizadas, fala da humanização, da informatização da rede, fala sobre as
26 visitas domiciliares das agentes de saúde, dos pontos descobertos e dos números de pessoas atendidas por cada agente
27 e da necessidade de contratar mais profissionais para completar a cobertura, é feito comentários referente a diferença
28 entre o números de habitantes do município do que é real para o que é registrado nos institutos de pesquisas, é
29 necessário uma recontagem populacional, comenta sobre a inauguração dos PSFs, da importância do cartão SUS e da
30 sua territorialidade, dos documentos necessários para a sua emissão, fala da necessidade de divulgar as ações não só na
31 rádio e sim em carro de som e nas redes sociais, informa que na Polícia Civil só faz a ocorrência por meio virtual. O
32 conselheiro Edmilson Alves de Oliveira, sugere uma visita as unidades de saúde, o conselheiro Abrão Gomes de
33 Gouveia, fala da denuncia feita por servidores da saúde, por abusos realizados pela coordenadora do hospital e que
34 até o momento melhorou a relação com os profissionais; são feitos comentários sobre o valor destinado a realização
35 das campanhas e que sejam revistos; e que seja distribuído para cada conselheiro uma camiseta da campanha que
36 estiver sendo realizada; foi informado que será enviado um convite ao conselho para participar da campanha. Explica
37 como está sendo feito os agendamentos para o realizamemento dos exames de mamografias e da necessidade de fazer
38 uma parceria com a assistência social para disponibilizar um veículo para levar as pacientes em Goiás para realizar o
39 exame; intensificar mais a orientação para as mulheres da necessidade de fazer o exame, que é de graça e que se faça
40 pelo menos uma vez ao ano. É feito um convite a todos os conselheiros para fazerem uma visita as instalações da
41 Academia de Saúde. O conselheiro Edmilson, questiona a forma de distribuição dos preservativos no município e é
42 informado que eles são de responsabilidade do Estado. Passa a explicar o Modulo III – Ações de Alta e Média
43 Complexidade e Atenção às Urgências e Emergências, informa sob o SAMU, dos convênios e dos serviços
44 especializados de exames por imagens. Explica o Modulo VI – Gestão e Planejamento e Qualificação do Controle

45 Social, que está relacionado com a Programação Pactuação Integrada – PPI, RAG, PAS, RREO, faz um comentário
 46 sob a lista do SCNES nas unidades de saúde, da possibilidade de implantar a classificação de risco no hospital, fala
 47 da ouvidoria da saúde no município, que a responsável é a Roberta. Sob o Modulo V – Valorização dos Profissionais
 48 e Trabalhadores da Saúde, comenta o fechamento das unidades de saúde para capacitação dos servidores. O
 49 conselheiro Edmilson Alves de Oliveira, sugere que seja feito avisos através de carro de som, e não somente em
 50 mural, melhorando assim comunicação entre as ações da Secretaria de Saúde e a comunidade, foi sugerido pela
 51 representante que será enviado um ofício ao Ministério Público, avisando quando for necessário realizar o
 52 fechamento de uma unidade de saúde para capacitação dos servidores. Explica o Modulo VI – Assistência
 53 Farmacêutica, que resumidamente é a lista constante no livro de medicamentos oferecidos pelo município à
 54 população, através da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME e da Relação Nacional de Medicamentos
 55 Essenciais – RENAME e que os medicamentos ofertados fora desse livro é contra partida do próprio município.
 56 Explica o Modulo VII – Infraestrutura, fala da intensão de melhorar os bens e equipamentos das unidades de saúde
 57 informa da intensão na ampliação dos horários de atendimentos das unidades, mas que o Ministério da Saúde não
 58 disponibiliza recursos para o funcionamento das unidades em horários diferenciados e que a maior parte dos recursos
 59 utilizados é disponibilizada pelo próprio município, explica a alta demanda nos atendimentos nas unidades e como é
 60 feita a orientação ao paciente que não é atendido. O Conselheiro Abrão, comenta sobre os elogios feitos, quanto aos
 61 atendimentos do hospital e é informado pela representante que devido ao grande número de consultas nas unidades de
 62 saúde, mesmo sendo limitada pelo Ministério da Saúde, em dezesseis consultas ao dia e que para minimizar o
 63 problema a Secretária Municipal de Saúde, paga um valor a mais para os médicos para atender a alta demanda,
 64 informa que se caso necessário poderá disponibilizar os números dos atendimentos realizados por médico.
 65 Finalizando então com a conclusão e informando sobre as sugestões anotadas, que serão repassadas à Secretária de
 66 Saúde. O conselheiro Edmilson, pede que seja marcada uma reunião com a secretaria e pede informação como está à
 67 composição do conselho. É informado que o sindicato dos trabalhadores rurais pelo regimento deveria ser excluído
 68 por motivo de faltas, foram feitas ponderações referente à composição e a importância do conselho de saúde. Após
 69 comentários é colocado em votação a Programação Anual de Saúde 2016 e sendo aprovado pelos conselheiros e
 70 representantes presentes e tendo uma ressalva, solicitada pelo conselheiro Edmilson, que gostaria de aprofundar mais
 71 sobre o assunto para melhor análise, questiona o prazo para apresentação. A representante informa que esta
 72 programação será enviada para a CIB para ser aprovada. O secretário informa que devido ao tempo e ter que fazer a
 73 leitura das atas anteriores, ficará para a próxima reunião a leitura de todas as atas e mais a atual, lê o ofício
 74 encaminhado a Secretária Municipal de Saúde, referente à Cooperativa dos Profissionais de Saúde do Estado de
 75 Goiás – COOPERSEG, que tem ido a Câmara Municipal, questionar a falta de reajuste salarial para os servidores da
 76 saúde, que o executivo sempre alega não ter recursos, mas mesmo assim foi feito questionamento ao Legislativo
 77 sobre o aumento no orçamento público municipal, que para 2016 está previsto mais de R\$ 41.000.000,00; que
 78 conforme o estatuto do servidor a data base é em janeiro de cada ano e deste então não tem um reajuste mínimo,
 79 sugere que o conselho não aprove mais nada, do que vier da Secretária de Saúde ou do Executivo enquanto não
 80 apresentar uma planilha de reajuste para os servidores da saúde, pois se não fizer pressão em benefício dos
 81 profissionais, nada teremos e como o conselho tem representantes dos servidores da saúde. E eles estão insatisfeitos
 82 com a questão salarial e que a administração tem que rever os seus gastos, pois é injusta aos servidores da saúde ficar
 83 oito anos sem a correção salarial, essa é uma sugestão pessoal e podendo eu, sofrer retaliações futuras. Foi feitos
 84 vários comentários referente a este assunto e ficando essa decisão para a próxima reunião do conselho de saúde,
 85 marcada para o dia 17/05/2016. Não havendo mais nada a tratar. O presidente, agradece a presença de todos, foi
 86 declarado encerrada esta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde às 17 h 45 min. Para constar eu,
 87 Edivaldo Rosa de Oliveira, Secretário Executivo; transcreve esta ATA, baseada no áudio gravado da CENTÉSIMA
 88 DÉCIMA SEXTA (116ª) REUNIÃO ORDINÁRIA, que após sua leitura, se aprovada, deverá ser assinada pelo
 89 Presidente e demais conselheiros e representante presentes; Elvis Maurício do Amaral, Abrão Gomes de Gouveia,
 90 Edivaldo Rosa de Oliveira, Edmilson Alves de Oliveira, Cacylda Maciel Araújo Carrijo, Marlene Vieira da Costa.

91 Assinatura dos Membros e representantes:

92 Edmilson Alves de Oliveira, Elvis Maurício
 93 Amaral, Cacylda M. C. Carrijo, e Marlene Vieira da Costa
 94 de Oliveira FIM.